

Terça-feira, 30 de maio de 2023

Superávit primário do governo central de +R\$ 15,6 bilhões em abril

Segundo o Tesouro Nacional, o superávit primário do governo central foi de +R\$ 15,6 bilhões em abril, acima de nossa estimativa de +R\$ 15,0 bilhões, mas abaixo da mediana de expectativas de mercado, de +R\$ 15,9 bilhões. O desvio em nossa projeção foi causado por despesas marginalmente abaixo do esperado.

Fig.1 : Resultado Primário do Governo Central R\$ bilhões. Fonte: TN

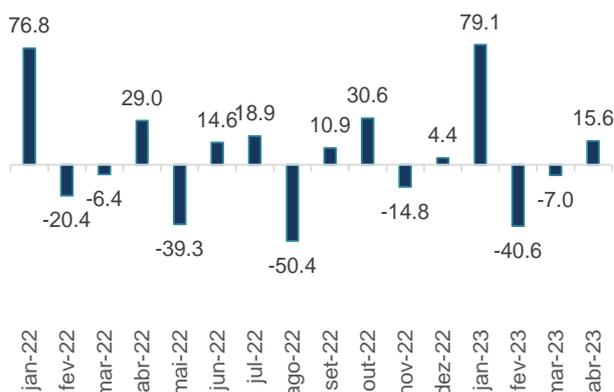
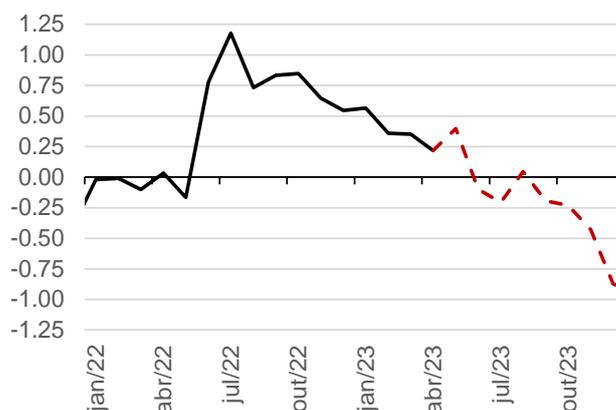


Fig. 2: Resultado Primário do Governo Central (12m % PIB)



Com o resultado de abril, o resultado acumulado no ano é de +R\$ 47,2 bilhões, comparável a +R\$ 79,0 bilhões no mesmo período do ano passado. Em 12 meses o resultado está em +R\$ 22,2 bilhões (+0,2% do PIB). A clara tendência de deterioração do resultado é observada acima (Fig.2), explicada pela combinação de múltiplas renúncias de receitas e incrementos de despesas.

Quadro 1: Resultado Primário do Governo Central

Discriminação (R\$ bilhões)	abr-22	abr-23	YoY nominal	YoY real	jan-abr/22	jan-abr/23	YoY nominal	YoY real	acum 12m *	% do PIB
Receita Total	198.7	204.0	2.7%	-1.5%	770.0	791.0	2.7%	-2.2%	2,334.3	22.9%
<i>Receita Administrada pela RFB</i>	121.3	131.2	8.2%	3.8%	492.6	512.7	4.1%	-1.0%	1,410.1	13.8%
<i>Arrecadação Líquida para o RGPS</i>	42.9	45.8	6.7%	2.4%	164.6	181.5	10.3%	5.0%	552.7	5.4%
<i>Receitas Não Administradas pela RFB</i>	34.4	27.0	-21.7%	-24.8%	112.8	96.8	-14.2%	-18.3%	371.7	3.6%
Transf. a Estados e Municípios	32.4	33.9	4.4%	0.2%	142.8	152.0	6.4%	1.3%	466.4	4.6%
Receita Líquida	166.2	170.1	2.3%	-1.8%	627.2	639.0	1.9%	-3.0%	1,867.9	18.3%
Despesa Total	137.2	154.5	12.6%	8.1%	548.1	591.8	8.0%	2.8%	1,845.7	18.1%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	67.1	66.5	-0.8%	-4.8%	243.4	260.2	6.9%	1.8%	813.8	8.0%
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	25.6	26.3	2.7%	-1.4%	104.0	107.5	3.4%	-1.6%	341.5	3.4%
<i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	17.7	23.5	32.5%	27.2%	101.5	86.9	-14.3%	-18.6%	281.2	2.8%
<i>Obrigatórias com Controle de Fluxo</i>	18.0	27.5	52.3%	46.2%	70.5	102.9	46.0%	39.0%	409.2	2.5%
<i>Discricionárias</i>	8.8	10.7	21.6%	16.7%	28.8	34.3	18.9%	13.4%	409.2	1.5%
Primário Governo Central	29.0	15.6			79.0	47.2			22.2	0.2%

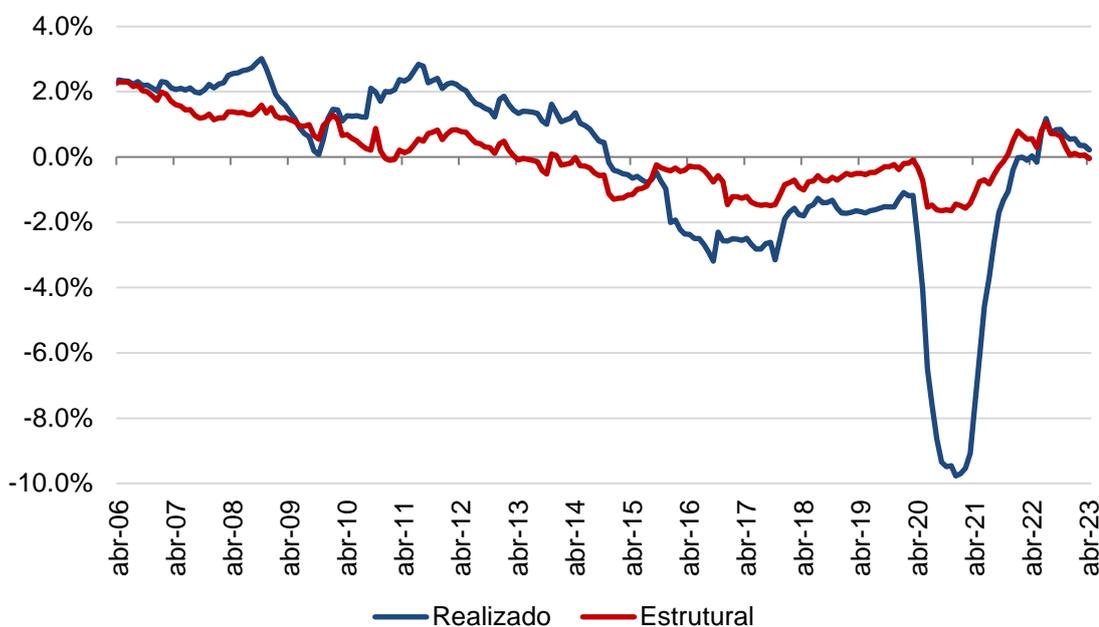
* acumulado em 12 meses, até mês de referência
Fonte: Tesouro Nacional

No mês, a *receita total* variou -1,5% YoY em termos reais (IPCA). O grupo das *Receitas Não Administradas pela RFB* foi o que mostrou decréscimo (-24,8% YoY), com impacto de preços menores do petróleo, o que reduziu os recolhimentos com os royalties devidos pela exploração de recursos naturais. Pelo lado dos gastos, no mês, houve aumento da *despesa total* (+8,1% YoY), causado por maiores gastos em *Obrigatórias com Controle de Fluxo* (+46,2% YoY), principalmente pelo incremento no Bolsa Família, comparável ao Auxílio Brasil no ano passado.

No acumulado do ano, a receita total registrou recuo (-2,2% YoY). Aqui o maior destaque negativo são menores números em receita de concessões em 2023, em *Receitas Não Administradas pela RFB*, seguido por recolhimentos tributos mais modestos nas *Receitas Administradas pela RFB*. A despesa teve crescimento no período: +2,8% YoY. Há forte aumento das *Obrigatórias com Controle de Fluxo* (+39,0% YoY) por conta do Bolsa Família e crescimento também das *Despesas Discricionárias* (+13,4% YoY), o que indica que o novo governo vem executando os gastos dos ministérios de forma acelerada, quando comparado ao último ano do governo anterior.

Em nossas estimativas, ao excluir dos números as receitas e despesas extraordinárias e ajustar adicionalmente pelo ciclo econômico, o superávit realizado de +0,2% do PIB equivale a um resultado estrutural de 0% do PIB potencial (Fig. 3).

Fig.3: Resultado Primário do Governo Central (12m % PIB)
Fonte: TN



Na reavaliação de receitas e despesas, do 2º bimestre, o governo federal alterou sua estimativa de primário para o ano de -R\$ 107,6 bilhões (-1,0% do PIB) para -R\$ -136,2 bilhões (-1,3% do PIB). Preocupa a piora em contraposição às ousadas metas sugeridas em conjunto com o novo arcabouço fiscal. Oficialmente, e legalmente, a meta de primário para 2023 é de -R\$ 238,0 bilhões (-2,2% do PIB), pois são desconsideradas todas as despesas autorizadas pela PEC de transição. Na apresentação inicial do arcabouço, entretanto, foi sugerido que seria perseguida uma meta de -0,5% do PIB em 2023, mas até agora não houve ações que indiquem que o governo perseguirá essa meta.

Apesar disso, mantemos nossa avaliação de que o resultado do TN, para 2023, seja deficitário em -R\$ 93 bilhões (-0,9% do PIB). O resultado deve ser garantido pela impossibilidade de execução completa da lei orçamentária e pelo empoçamento de recursos, que neste ano deve ser ainda maior dada a rápida elevação das despesas discricionárias após aprovação da PEC de transição.

Já para o curto prazo, **nossa projeção para o resultado primário do setor público consolidado em abril é de +R\$ 12,3 bilhões**. O governo central deve ter resultado de +R\$ 15,3 bilhões – já consideradas as diferenças metodológicas entre o resultado divulgado pelo TN e pelo BCB. Os governos regionais devem apresentar resultado de -R\$ 3,0 bilhões e as empresas estatais devem ter resultado neutro.



Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2023. Reprodução Proibida.

Tel: (011) 4380-7700, site: mcmconsultores.com.br e-mail: economia@mcmconsultores.com.br